

Comissão de orçamento

JORNAL DO BRASIL 17 MAI 1991

tem novos integrantes

BRASÍLIA — A Comissão Mista do Orçamento — que tem poder para alterar todas as propostas orçamentárias do Executivo — foi ampliada a partir de ontem por decisão do Congresso. Até a ampliação, menos de dez deputados escolhidos pelas lideranças partidárias decidiam quase tudo praticamente sozinhos, embora a comissão fosse composta por 84 parlamentares. Foi aprovado um rodízio anual dos integrantes — metade de cada vez — e dos relatores da comissão, além do aumento do número de membros para 120.

Para derrubar o chamado *grupo dos perpétuos*, o PSDB, o PDT e o PT contaram com a ajuda de todos os deputados e senadores que querem fazer parte da Comissão Mista do Orçamento. Numa votação nervosa, em que não faltaram os berros do deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) contrários ao rodízio e os de José Genoíno (PT-SP) a favor, o resultado final da Câmara foi 199 *sim* contra 67 *não*. O Senado confirmou a ampliação.

“Todo mundo queria participar. Venceu o sentimento de ampliação”, disse o líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia (BA). Apesar desta análise, ele foi um dos que votaram contra a mudança. Junto com os deputados do PMDB, João Alves (BA), Cid Carvalho (MA), Ubiratan Aguiar (CE), Manoel Moreira (SP), e José Luiz Maia (PDS-PI), Felipe Mendes (PDS-PI) e José Geraldo (PL-MG), o líder do PMDB na Câmara era um dos antigos integrantes da comissão. Diante da evidência de que um grupo minúsculo tinha o poder, Correia disparou: “Se isso ocorre, é porque a maioria se omite. Se todos fossem atuantes, os grupinhos não se formariam”.

Despesas — “Só eu tenho conhecimento técnico para ser relator da comissão”, justificou João Alves, emendando em seguida que, além dele, “uns três ou quatro” também estão capacitados. Relator da revisão orçamentária do ano passado, ele impôs, numa votação-relâmpago e sem o quórum regimental exigido, um gasto extraordinário ao governo de Cr\$ 6 bilhões com a aprovação de 400 das 1.700 emendas de deputados e

senadores. A bancada do Nordeste foi a mais beneficiada.

“Com esse rodízio, o orçamento corre o risco de embolar”, afirmou Alves. Para afastar as acusações dos adversários ele anunciou que não quer ser mais relator da comissão. Na liderança do PFL, o seu nome é dado como certo para a relatoria da Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano. “Com o rodízio, a cultura da comissão sai destruída. Os novatos são inexperientes”, reforçou José Geraldo. O deputado Israel Pinheiro Filho (PRS-MG) foi um dos dois integrantes cativos da comissão que votaram pelo rodízio, mas explicou: “Se houvesse seriedade, não precisaria nada disso. A comissão poderia ser composta dos mesmos parlamentares, como acontece nos Estados Unidos”.

Um dos articuladores da ampliação, o líder do PSDB, José Serra (SP), ficou feliz com a aprovação do rodízio, mas lamentou a ampliação do número de integrantes de 84 par 120. “Isso é um absurdo. Vai ser mais difícil ainda trabalhar”, afirmou. Além da dificuldade de quórum — “já era complicado reunir os 84” —, Serra ponderou que será mais difícil discutir as propostas orçamentárias. “Na verdade, a comissão deveria ser pequena e forte”, constatou o economista.

A partir da promulgação da Constituição, a Comissão Mista de Orçamento ganhou poderes tão grandes para aprovar, remanejar e rejeitar as propostas de gastos do Executivo que passou a ser motivo de briga entre os parlamentares. “Se tiver uma clientela nas áreas da educação e de saúde, o deputado que for integrante da comissão tira muitas vantagens eleitorais”, admite o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP). O novo tamanho e o rodízio na comissão comprovam o interesse de estar perto das decisões. Na disputa pelas verbas, deputados e senadores não se constringem e partem para o irrealismo. A comissão acrescentou gastos de Cr\$ 752 bilhões ao orçamento federal deste ano, a partir da interpretação dos parlamentares de que o governo havia subestimado suas receitas. O excedente viria da cobrança de taxas e impostos.